



MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1.116, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INTERINO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Designar o servidor MARCELO CAETANO REIS DE FREITAS, matrícula 3466-5, Técnico de Apoio Especializado - Orçamento da carreira do Ministério Público da União, para substituir, no período de 24 a 28/9/2012, o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Análise do Núcleo de Combate às Organizações Criminosas, código CC-02.

JOSÉ FIRMO REIS SOUB

DIRETORIA-GERAL

PORTARIAS DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 122/PGJ, de 07/02/2012, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, resolve:

Nº 1.127 - Designar a servidora IVANA TERESA JINKINGS CAMPELO, matrícula 2424-4, Técnico Judiciário do quadro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para exercer a função de confiança de Auxiliar Técnico das Assessorias Técnicas da Procuradoria-Geral de Justiça, código FC-01.

Nº 1.128 - Designar a servidora MÁRCIA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 3077-5, Analista Processual da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico I do Gabinete dos Procuradores de Justiça, código FC-02.

Nº 1.131 - Designar a servidora DOMINIQUE DE PAULA RIBEIRO, matrícula 4085-1, Analista Processual da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Chefe do Serviço de Análise Processual da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Riacho Fundo, código FC-02.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.197/PGJ, de 05/11/2009, publicada no D.O.U. de 09/11/2009, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.215372/12-86, resolve:

Nº 1.136 - Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez permanente, com proventos proporcionais, à servidora THAIS MAGALHÃES FERNANDES, Analista Administrativa deste Ministério Público, com fundamento no art. 186, inciso I, e art. 188, ambos da Lei nº 8.112/90 e no art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal, assegurando-se o pagamento e o reajuste do benefício com base no artigo 6º-A, parágrafo único, da EC 41/2003, incluída pela EC 70/2012, sem prejuízo da percepção de 11% (onze por cento) de Adicional por Tempo de Serviço.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.197/PGJ, de 05/11/2009, publicada no D.O.U. de 09/11/2009, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.183737/12-60, resolve:

Nº 1.138 - Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez permanente, com proventos integrais, à servidora VIVIANE AMÉRICO DA CRUZ, Técnica Administrativa deste Ministério Público, com fundamento no art. 186, inciso I, e art. 188, ambos da Lei nº 8.112/90 e no art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal, assegurando-se o pagamento e o reajuste do benefício com base no artigo 6º-A, parágrafo único, da EC 41/2003, incluída pela EC 70/2012, sem prejuízo da percepção de 3% (três por cento) de Adicional por Tempo de Serviço.

VETUVAL MARTINS VASCONCELOS

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 219, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28, incisos I e XXXIII, do Regimento Interno, resolve:

Tornar sem efeito, as Portarias-TCU Nºs 217 e 218, de 18 de setembro de 2012, publicadas no DOU, de 19 de setembro de 2012, Sessão 2, página 66.

BENJAMIN ZYMLER

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATOS DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho de 1990, e considerando os termos do Acórdão n. 2076/2005-TCU-Plenário, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor JOSÉ ESTEVAM DE MEDEIROS TAVARES, ponto n. 1.093, no cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo, atribuição Taquígrafo Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas no artigo 4º da Resolução n. 70, de 24 de novembro de 1994 e no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, JOSÉ ESTEVAM DE MEDEIROS TAVARES, ponto nº 1093, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - atribuição Taquígrafo Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, da função comissionada de Supervisor, FC-06, da Coordenação de Revisão, do Departamento Taquígrafia Revisão e Redação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa n. 106, de 26 de novembro de 1998, resolve:

Conceder pensão, com fundamento no artigo 1º, caput e § 4º, da Lei n. 9.506, de 30 de outubro de 1997, a partir de 30 de agosto de 2012, a Neli Santiago Pereira, na condição de viúva do ex-Deputado Federal Joacil de Brito Pereira, falecido em 29 de agosto de 2012, na base de 50% (cinquenta por cento) dos proventos do ex-parlamentar, de acordo com os artigos 28, inciso I; 31, inciso I, alínea "e"; 38, in fine, e 42 da Lei n. 7.087, de 29 de dezembro de 1982.

MARCO MAIA

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SECRETARIA

PORTARIA Nº 318, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, com base no artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/1990 e considerando o que consta do processo nº 350.285/2012, resolve:

Declarar vago, a partir de 13 de setembro de 2012, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupado por Marcelo Ornellas Marchiori, em razão de sua posse em outro cargo público inacumulável.

AMARILDO VIEIRA DE OLIVEIRA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 160, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do art. 9º da Lei nº 8.112/1990 e considerando o contido no Processo nº 334.292/2008, resolve:

Nomear, em caráter efetivo, FRANCISCO DAS CHAGAS MIRANDA DA SILVA, habilitado em concurso público do Supremo Tribunal Federal para o cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Contabilidade, Classe "A", Padrão 1, em vaga decorrente da posse de Lourivando Rodrigues Ferreira em outro cargo público, inacumulável.

Min. AYRES BRITTO

DIRETORIA GERAL

PORTARIA Nº 367, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do caput do art. 38 da Lei nº 8.112/1990 e da alínea "d" do inciso XI do art. 3º da Portaria nº 112/2010, resolve:

Art. 1º Fica dispensada KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA do encargo de substituta do Secretário de Administração, nível CJ-3.

Art. 2º Fica designada SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO como substituta do Secretário de Administração, nível CJ-3.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 508, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea "h" do art. 9º do Regimento Interno, com base no inciso II do art. 9º e no inciso I do art. 35 da Lei nº 8.112, de 1990, resolve:

Art. 1º Exonerar SÉRGIO RICARDO DOS SANTOS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do cargo em comissão de Assessor-Chefe, Nível CJ-3, do Gabinete da Ministra Laurita Vaz.

Art. 2º Nomear SONJA MAIARA MARTINS DE OLIVEIRA, Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer o cargo em comissão de Assessor-Chefe, Nível CJ-3, do Gabinete da Ministra Laurita Vaz.

Min. CÁRMEN LÚCIA

SECRETARIA

PORTARIA Nº 509, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno, no inciso I do art. 2º e no art. 4º da Portaria nº 204, de 26.09.2002, resolve:

Art. 1º Dispensar:

I) LEONARDO SILQUEIRA MOREIRA, Analista Judiciário, Área Judiciária, da função comissionada de Assistente I, Nível FC-1, do Gabinete da Ministra Laurita Vaz;

II) SONJA MAIARA MARTINS DE OLIVEIRA, Analista Judiciário, Área Judiciária, da função comissionada de Assistente VI, Nível FC-6, do Gabinete da Ministra Laurita Vaz.

Art. 2º Designar:

I) ISABELA NOLETO FRANKLIN DE OLIVEIRA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente I, Nível FC-1, do Gabinete da Ministra Laurita Vaz;

II) LEONARDO SILQUEIRA MOREIRA, Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer a função comissionada de Assistente VI, Nível FC-6, do Gabinete da Ministra Laurita Vaz.

ALCIDES DINIZ DA SILVA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 375, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando das atribuições legais e considerando o disposto na Resolução n. 9 de 29 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Designar o Juiz de Direito Ricardo Cunha Chimenti, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para atuar como Juiz Auxiliar da Presidência, pelo período de 1 ano, a contar de 20 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

SECRETARIA

PORTARIAS DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 13.1, X, d, do Manual de Organização da Secretaria do Tribunal, aprovado pela Portaria n. 315 de 23 de agosto de 2012, resolve:

Nº 516 - Art. 1º Dispensar, nos termos do art. 35, I, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, CAROLLINA RACHEL COSTA FERREIRA TAVARES, matrícula S054261, da função comissionada de Assistente II, código FC-2, do Gabinete do Ministro Castro Meira.

Art. 2º Designar CARLOS EDUARDO FERREIRA REGO, matrícula S057805, para a função comissionada de Assistente II, código FC-2, do Gabinete do Ministro Castro Meira, em vaga decorrente da dispensa de Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 13.1, X, d, do Manual de Organização da Secretaria do Tribunal, aprovado pela Portaria n. 315 de 23 de agosto de 2012, resolve:

Nº 517 - Art. 1º Dispensar, nos termos do art. 35, I, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ROQUE DOS SANTOS SENA, matrícula S009908, da função comissionada de Assistente V, código FC-5, da Coordenadoria de TV, da Secretaria de Comunicação Social. Art. 2º Designar SEBASTIANA CÂNDIDA ALVES LOPES DO AMARAL, matrícula S024036, para a função comissionada de Assistente V código FC-5, da Coordenadoria de TV, da Secretaria de Comunicação Social, em vaga decorrente da dispensa de Roque dos Santos Sena.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 13.1, X, d, do Manual de Organização da Secretaria do Tribunal, aprovado pela Portaria n. 315 de 23 de agosto de 2012, e no caput do art. 38 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve: